Dívidas pesam no bolso de 8 em cada 10 famílias

Especialista alerta para riscos das renegociações bancárias

Da **Redação**

A inadimplência das famílias brasileiras apresentou uma redução em outubro, mas o endividamento continua elevado. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), 81,6% das famílias possuem algum tipo de dívida, enquanto 29,3% estão com contas em atraso.

Os números revelam um desafio que vai além da capacidade de manter as parcelas em dia: o peso das dívidas sobre o orçamento doméstico. De acordo com o levantamento, 19,3% das famílias comprometem mais da metade da renda mensal com dívidas.

Para o advogado Bruno Medeiros Durão, especialista em Direito Bancário e fundador da DAP Advocacia, a redução da inadimplência é um indicador positivo, mas não significa necessariamente que os consumidores recuperaram a estabilidade financeira.

"Uma família pode estar pagando todas as parcelas e, ainda assim, enfrentar dificuldades para manter suas despesas essenciais. O problema surge quando o consumidor precisa contratar novos empréstimos ou prolongar uma dívida antiga para conseguir pagar as contas do mês. Nesses casos, é importante avaliar se a renegociação realmente melhora a situação financeira ou apenas adia o problema", explica Bruno Durão.

Uma das principais preocupações está nas condições oferecidas durante as renegociações bancárias. Embora a redução do valor mensal das parcelas possa representar um alívio imediato, a ampliação do prazo e a incidência de juros podem elevar significativamente o custo total do contrato.

JOÉDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL



Os números revelam um desafio que vai além da capacidade de manter as parcelas em dia

Isso ocorre porque uma dívida renegociada em um período mais longo pode gerar um desembolso final maior, mesmo quando o consumidor paga menos a cada mês.

"O consumidor não deve avaliar uma renegociação apenas pelo valor da nova parcela. É fundamental verificar a taxa de juros, o custo efetivo total, os encargos e o montante que será pago até o encerramento do contrato. Uma prestação menor não significa, necessariamente, uma dívida mais barata", alerta o advogado.

O cenário também preocupa do ponto de vista econômico. Quando uma parcela elevada da renda familiar é destinada ao pagamento de compromissos financeiros, sobra menos dinheiro para consumo, serviços, alimentação e outras despesas cotidianas.

Essa redução da renda disponível pode limitar a atividade econômica, especialmente em setores que dependem diretamente do consumo das famílias.

Além da questão econômica, o elevado comprometimento da renda chama atenção para os mecanismos de proteção previstos no Código de Defesa do Consumidor.

A Lei nº 14.181/2021, conhecida como Lei do Superendividamento, estabeleceu instrumentos para prevenir o endividamento excessivo e possibilitar, em determinadas situações, a renegociação de dívidas de consumo, preservando recursos necessários à subsistência do devedor.

Em abril de 2026, o Supremo Tribunal Federal também analisou a regulamentação do mínimo existencial, reforçando a importância de critérios de proteção ao consumidor no tratamento do superendividamento.

Segundo Bruno Durão, a legislação busca permitir que pessoas em situação financeira crítica possam reorganizar suas obrigações, sem comprometer integralmente as necessidades básicas. "O objetivo é encontrar uma solução financeiramente viável e juridicamente equilibrada", afirma.

Crise no Paraguai acende alerta para investidores

Da **Redação**

A recente crise no Ueno Bank e a instabilidade política que atingiu o Paraguai trouxeram à tona um alerta importante para os milhares de brasileiros que migraram empresas, investimentos ou a residência fiscal para o país vizinho. Atraídos pela promessa de impostos mais baixos, muitos investidores ignoraram o chamado "risco América do Sul", caracterizado por volatilidade política, menor maturidade regulatória e vulnerabilidade no sistema financeiro. Esse cenário escancara a diferença entre buscar apenas alíquotas reduzidas na América Latina e investir na União Europeia, onde o patrimônio conta com a blindagem de um bloco econômico consolidado, regulação harmonizada e alta estabilidade institucional.

IMPOSTO BAIXO

Muitos brasileiros são atraídos pela alíquota reduzida do Paraguai, mas negligenciam a solidez das instituições locais e a governança do sistema financeiro.

AMÉRICA DO SUL VS. UE

Enquanto países sul-americanos apresentam maior suscetibilidade a crises bancárias com interferência política direta, a Europa oferece uma blindagem patrimonial superior, respaldada pela regulação harmonizada, fundos de garantia consolidados e pela estabilidade política do bloco da UE.

IMPACTO PARA BRASILEIROS

A crise atinge principalmente o investidor brasileiro que planejava a mudança de residência fiscal ou melhores condições econômicas/tributárias sem uma estratégia de diversificação internacional verdadeiramente segura

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES



Muitos brasileiros são atraídos pela alíquota reduzida do Paraguai

Por que a verdadeira proteção patrimonial exige internacionalização estruturada em jurisdições de alta segurança jurídica, e não apenas arbitragem fiscal de curto prazo?

Para Marcelo Rubin Goldschmidt é advogado e fundador da GMZ Advisors, consultoria dedicada à diversificação patrimonial e desenvolvimento de negócios entre Brasil e Portugal, em poucos dias, o Paraguai mostrou o que é o risco América do Sul.

"O maior banco digital do país sofreu intervenção, o presidente do Banco Central caiu e o presidente da República está tentando renunciar, sem ainda aceitação pelo Parlamento. Quem saiu do Brasil para lá fugindo de imposto continuou exposto a outros tipos de risco institucionais e de instabilidade política/econômica já bem conhecidos por brasileiros. Diversificar de verdade é pôr parte do patrimônio em uma economia com outra moeda e outras regras".